



Revolução e indigenismo no marxismo latino-americano de Mariátegui

Maria Emília Coelho¹

Resumo

O pensador peruano José Carlos Mariátegui partiu de uma visão socialista e revolucionária e de uma análise original para definir o “problema do índio” como um “problema da terra”. Seu primeiro esforço foi romper com o ponto de vista filantrópico das ações indigenistas da sua época, para colocar a problemática indígena como uma questão socioeconômica e de direito à terra. Uma reivindicação absolutamente materialista, afirmou Mariátegui, em 1928, em defesa de um novo Peru. O presente artigo visa apresentar os diferentes autores que analisaram a sua obra e o seu pioneirismo em adaptar a teoria marxista à realidade latino-americana, demonstrando como sua “subversão epistêmica” superou o pensamento evolucionista e homogeneizante nos processos de construção da nação peruana e do indigenismo no início do século XX, deixando sua marca nas discussões sobre os paradigmas das Ciências Sociais na América Latina até a atualidade.

Palavras-chave: Mariátegui, Marxismo latino-americano, Socialismo indígena, Indigenismo.

Revolución e indigenismo en el marxismo latinoamericano de Mariátegui

Resumen

El pensador peruano José Carlos Mariátegui partió de una visión socialista y revolucionaria y de un análisis original para definir el "problema indígena" como un "problema de la tierra". Su primer esfuerzo fue romper con el punto de vista filantrópico de las acciones indígenas de su tiempo, para poner la problemática indígena como un problema socioeconómico e del derecho a la tierra. Un reclamo absolutamente materialista, dijo Mariátegui, en 1928, en defensa de un nuevo Perú. Este artículo tiene como objetivo presentar a los diferentes autores que analizaron su trabajo y su actitud pionera al adaptar la teoría marxista a la realidad latinoamericana, demostrando cómo su "subversión epistémica" superó el pensamiento evolutivo y homogeneizador en los procesos de construcción de la nación peruana y del indigenismo al inicio del siglo XX, dejando su huella en las discusiones sobre los paradigmas de las Ciencias Sociales en América Latina hasta la actualidad.

Palabras clave: Mariátegui, Marxismo latinoamericano, Socialismo indígena, Indigenismo.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados nas Américas, do Departamento de Estudos da América Latina (ELA), da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI). mariaemiliacoelho@gmail.com

Revolution and Indigenism in Mariátegui Latin-American Marxism

Summary

Departing from a socialist and revolutionary point of view, Peruvian thinker José Carlos Mariátegui outlined an original thinking capable to define the "indigenous problem" in close relation to the "land problem". His earlier efforts aimed to disrupt the philanthropic approach to the indigenism of the time calling attention to the socioeconomic aspects indigenous people face and their right to the land. As Mariátegui stated in 1928, a absolutely materialist demand if one want to establish the basis of modern Peru. The present article aims to introduce the analysis of different authors studying Mariátegui in relation to his pioneer work in adapting the Marxist theory to Latin-American reality, showing how his "epistemic revolution" have supersede the evolutionary and homogenizing thinking that have dominated the process of building the Peruvian nation and early XX century indigenism, leaving traces in the debate of the Social Sciences paradigms in Latin America until today

Key words: Mariátegui, Latin-American Marxism, indigenous Socialist, Indigenism.

Introdução: Mariátegui como “sujeito epistêmico”

José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi o maior pensador do socialismo latino-americano da sua época (anos 1920-1930), tornando-se hoje uma referência fundamental para os estudos das Ciências Sociais na América Latina. Nascido em uma família pobre na cidade de Moquegua, nos Andes peruanos, e radicado na capital limenha, viveu na Europa - passando por Itália, França, Alemanha, Áustria e outros países - entre os anos 1919 e 1923. Neste período, teve contato com as ideias do “materialismo histórico” e seus seguidores e críticos, tanto europeus, como peruanos². Quando voltou à sua terra natal, fundou e editou a Revista *Amauta*³, onde construiu com diversos colaboradores as bases do comunismo e do indigenismo peruano.

Em 1928, dois anos antes da sua morte, o fundador do Partido Socialista do Peru publicou “*7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*”, “a primeira manifestação do que hoje se entende por sociologia crítica e militante na América Latina”, segundo as palavras de Florestan Fernandes, em seu prefácio de 1975. Considerado um clássico do pensamento latino-americano, influenciou autores de estudos sobre “colonialismo” e “decolonialidade”, como o sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao desconstruir a narrativa eurocêntrica no início do século XX.

² Na Europa, Mariátegui foi influenciado desde George Sorel, Benedetto Croce, Henri Bergson, até Antonio Gramsci por meio da revista *L'Ordine Nuovo*, liderada por Piero Gobetti (DUSSEL, 1990, p. 278).

³ Mariátegui foi apelidado de *Amauta* por seus admiradores e críticos. A palavra de origem quechua significa “sábio/sacerdote”. (SILVA, 2014)

O presente artigo procura analisar como Mariátegui não somente adaptou a teoria marxista à situação peruana em sua obra, como também subverteu a ideologia dominante, tornando-se um “sujeito epistêmico” engajado na sua própria realidade de estudo. Seu objetivo é demonstrar como o pensador deixou sua marca revolucionária ao introduzir as questões indígenas e indigenistas nas discussões socialistas, e ao problematizar visões hegemônicas e imperialistas em um contexto de formação dos Estados-nacionais na América Latina. Busca-se ainda apontar breves contribuições de fundo do atual debate das Ciências Sociais em torno do conceito de “colonialidade do poder” - cunhado por Quijano - e sobretudo da noção de “raça” subvertida epistemicamente por Mariátegui.

Apresentando as reflexões de diversos autores que analisaram a obra de Mariátegui, o texto discorre primeiro sobre o contexto no qual Mariátegui constrói o seu pensamento marxista, para depois adentrar sobre sua adaptação a realidade latino-americana, articulando conceitos como “materialismo histórico”, “nação” e “indigenismo”. Traz ainda suas polêmicas e limitações, ao problematizar a situação do índio no Peru, e ao propor o “comunismo indígena” como um caminho para o socialismo na América Latina no início do século passado.

Rompendo o eurocentrismo

Para entender a originalidade da obra de Mariátegui, e refletir sobre seus aportes às Ciências Sociais, é necessário considerar alguns aspectos contextuais, como o pensamento positivista e evolucionista do século XIX, a constituição da Sociologia na Europa e na América Latina, a irradiação do capitalismo e do socialismo, e o período de transição entre o sistema colonial e a formação dos Estados-nacionais na virada para o século XX.

A conjuntura mundial estava presidida por dois fenômenos básicos: a expansão imperialista do capital monopólico e a disputa entre as burguesias de Inglaterra e do Estados Unidos pela hegemonia no controle desse processo, especialmente na América Latina (QUIJANO, 2014 [1978], p. 335). A visão eurocêntrica da realidade, que predominava nas classes dominantes, nos grupos intelectuais e na pregação religiosa da época, tratou de organizar a sociedade pela hierarquização racial.

A situação colonial decorrente da conquista da América havia produzido em todas as partes novas identidades, “índio”, “negro”, “branco”, “mestiço”, pela imposição de domínios de grupos sobre outros, e na distribuição do poder entre eles. Extinto como sistema político formal, o poder social está ainda constituído sobre a base de critérios originados na relação colonial, como o “racismo” e o “eticismo” (QUIJANO, 2014 [1993], p. 769).

Em *7 Ensayos*, Mariátegui fez uma crítica ao pensamento “evolucionista”, quando escreve que “a suposição de que o problema indígena é um problema étnico nutre-se do envelhecido repertório de ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. Aguardar a emancipação indígena de ativo cruzamento aborígene com imigrantes brancos, é uma ingenuidade anti-sociológica, concebível somente na mente de um importador de carneiros merinos” (MARIATÉGUI, 1975 [1928], p. 23).

Concomitantemente, a ideia de nação estava sendo problematizada pela primeira vez na América Latina. Ensaístas e filósofos latino-americanos do início do século XX, que se propuseram a estudar a realidade social, estavam preocupados com propostas de projetos nacionais, frente às “tentativas de se construir Estados-nação segundo a experiência europeia, com homogeneização étnica ou cultural de uma população encerrada nas fronteiras de um Estado” (QUIJANO 2014 [1993], p. 769).

Em seu clássico livro, Mariátegui explicou que, no Peru, a propagação das ideias socialistas trouxe como consequência um forte movimento a favor das reivindicações indígenas. Este movimento manifestou-se nas artes e na literatura nacional, e na formação de uma corrente indigenista que pressionava a atividade oficial. Nessa discussão incipiente, o “problema da terra” é identificado como o cerne do “problema indígena”.

Do marxismo ao indigenismo revolucionário

A socióloga argentina Maristella Svampa coloca o debate mariateguiano em contexto explicando que o início do século XX, na América Latina, foi marcado por intensas mobilizações de trabalhadores que reclamavam por melhores condições laborais e salariais. “Em países como o Peru e a Bolívia, onde a maior parte da população é indígena, a reivindicação do índio é a reivindicação popular social dominante. No âmbito rural, eram frequentes as revoltas indígena-camponesas contra a situação de exploração em que viviam na época, ainda que pouco conectadas com as lutas obreiras urbanas a nível nacional” (SVAMP, 2016, p. 53).

Em seu livro “*Debates Latinoamericanos*”, Svampa analisa que, ao mesmo tempo, os acontecimentos da revolução russa de 1917 impactavam fortemente o cenário latino-americano, ao mostrar como realidade “o primeiro experimento de Estado socialista: a URSS”, nas próprias palavras de Mariátegui. “As elites latino-americanas, sobretudo dos países andinos, que já arrastavam de longa data o imaginário associado ao temor ao cerco

indígena, passaram a conviver, após a revolução russa, com o fantasma do comunismo, cuja ameaça vinha tanto da cidade, como do campo” (ibid.).

Segundo o filósofo espanhol Sánchez Vásquez, o marxismo que chegou às terras latino-americanas, entre o final do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, é aquele que promoveu a I Internacional Comunista (IC), dominada pela social-democracia alemã, e que tinha empreendido uma revisão dos textos de Marx. No entanto, a revolução russa significou uma ruptura com as posições mais reformistas, e levou ao surgimento da III IC, em 1919, modelo no qual iam sendo construídos os vários partidos comunistas da América Latina (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1999, p. 126-128).

Para Svampa (2016), em consequência, mesmo que por um curto período, e fechando os caminhos para a diversidade, a partir da III IC se configurou um “novo quadro no qual colocava a revolução nacional em sociedades mais atrasadas como parte de um processo mais global na luta anti-imperialista”. Em sua análise, é neste novo cenário que surge o “indigenismo social” latino-americano, de caráter revolucionário, e que teve um primeiro desenvolvimento com intelectuais e ativistas da ideologia marxista, como o peruano José Carlos Mariátegui e o boliviano Tristán Marof⁴. Ela explica, que, para os novos socialistas, o capitalismo, como sistema econômico e político, manifestava-se incapaz de edificar uma economia emancipada da feudalidade colonialista.

Lejos de proponer la educación o los planes de desarrollo como panacea o estrategia para la resolución del “problema indígena”, dichos autores promovieron la lucha de clases, subrayando la relación entre la miserable situación de los indígenas y el problema de la tierra en manos de los gamonales o propietarios latifundistas. En esa línea, el indigenismo social rechazaría el enfoque racialista, que inferiorizaba al indio y naturalizaba las desigualdades sociales y culturales, así como la visión romantizada de aquéllos que defendían un indigenismo estratégico y arqueológico, rescatando a las grandes culturas prehispánicas pero despreciando a los indígenas de carne y hueso (SVAMPA, 2016, p. 55).

Svampa (2016) explica que as reflexões de Mariátegui sublinhavam a necessidade de pensar a especificidade política das realidades nacionais na América Latina. Ao mesmo tempo, esse “indigenismo social”, de inspiração marxista, desenvolveria ligações e debates com a Internacional Comunista, antes do fechamento político-ideológico que caracterizaria o discurso hegemônico do comunismo soviético nas décadas seguintes. Como consequência, teve a virtude de deslocar a problemática indígena para outro campo de tensão, recolocando o índio como ator social e político, e vinculado à questão nacional.

⁴ Pseudônimo de Gustavo Adolfo Navarro Ameller, escritor e político boliviano do movimento marxista e trotskista na Bolívia, um dos fundadores do Partido Obrero Revolucionario.

Em seu artigo, “Mariátegui entre dois mundos: visões do comunitarismo andino”, o antropólogo brasileiro Cristhian Teófilo da Silva afirma que o projeto mariateguiano para um “Nuevo Perú” foi precisamente aquele que colocou os problemas indígenas - ao invés do “índio” como um problema - como principal tema de discussão, sendo exemplar do modo como intelectuais de esquerda podem realizar a transculturação conceitual do marxismo engendrado na Europa para as circunstâncias históricas dos países latino-americanos com expressiva população indígena (2014, p. 142-146).

Para o historiador e intelectual da esquerda peruana, Alberto Flores Galindo, que estudou a fundo a sua obra, o leitor de Mariátegui deve compreender, antes de mais nada, que marxismo e nação foram “o” problema, “no sentido vital da palavra”, para o fundador do socialismo peruano.

Una verdadera tensión que atraviesa sus escritos y su vida: algunas veces prima el marxismo, otras veces la nación, no siempre fue una relación armónica y en muchas ocasiones esa misma tensión se expresó en el contrapunteo entre el arte de vanguardia y el indigenismo, entre Occidente y el mundo andino, entre la reivindicación de la heterodoxia, y la exaltación de la disciplina, entre lo nacional y lo internacional, entre México (el lado nativo de Latinoamérica) y Buenos Aires (el puerto hacia Europa). La tensión entre marxismo y nación que recorre los siete años finales de la vida de José Carlos Mariátegui es un acicate de su obra pero también puede ser motivo de algunas contradicciones (FLORES GALINDO, 1980, p. 11-12).

Na introdução do seu livro “*La Agonia de Mariátegui - La polémica con la Komintern*” (1980), Galindo argumenta que é justamente esse duplo sentido, formado pelo marxismo e pela nação, que faz da vida de Mariátegui uma página da história peruana e da história do socialismo. Para o autor, foi a partir dessa articulação peculiar, que Mariátegui acabou elaborando uma maneira específica, “peruana, indo-americana, andina”, de pensar Marx na América Latina. O autor afirma ainda que Mariátegui achava que entre o marxismo e o pensamento crítico havia uma confluência indispensável, e que nunca deveria se fechar nos limites de uma única tradição socialista. “Un marxismo elaborado longe de cualquier academismo, envuelto por los acontecimientos, sumergido en la vida cotidiana...”

Enrique Dussel, filósofo argentino radicado no México, e um dos maiores expoentes do pensamento latino-americano contemporâneo, explica, em seu artigo “O último Marx”, que as ideias de Mariátegui emergiram no Peru em um momento de crescimento do estalinismo, e que seu grande aporte histórico foi, justamente, sua posição antidogmática (DUSSEL, 1990, p. 281).

La realidad periférica latinoamericana, como lo sabía muy bien José C. Mariátegui, determina un discurso filosófico distinto; una recepción propia de Marx. Imitar simplemente la reflexión marxista del centro — no sólo la de Europa Occidental o de Estados Unidos, sino aún la de Europa Oriental— es perderla referência a los hechos histórico e concretos. La relectura latinoamericana de Marx es única, distinta, original por su punto de partida en la miseria real, histórica y creciente de nuestro pueblo. Por definición, debemos saber de nuestra situación antagónica en la historia mundial de fines del siglo XX (DUSSEL, 1990, p. 333).

Influenciado por Manuel Gonzalez Prada⁵, Mariátegui fez então uma primeira pergunta fundamental: a comparação da situação do índio na nova República liberal e nos tempos da dominação espanhola. Prada sustentava que longe de avançar, o estado do índio havia piorado, e que a República, seguindo as tradições coloniais, havia contribuído para isso. Assim, Mariátegui buscava então desenvolver um enfoque comparativo, a fim de desnudar os limites da República, na qual viviam e morriam em condições miseráveis milhões de índios (SVAMPA, 2016, p. 56-57).

Para Svampa, o trabalho inovador de Mariátegui, que em sua curta vida desenvolveu um intensa atividade cultural e política, marcou um ponto de inflexão, sinalizando um antes, e um depois, do que poderia haver sido um promissor caminho na tarefa de se construir uma alternativa revolucionária desde o marxismo latino-americano, enraizado na sociedade nacional e na problemática indígena. O pensador peruano do início do século XX apostou em vincular socialismo marxista e vanguardismo indigenista, na construção de um “indigenismo revolucionário” (ibid., p. 58).

O indígena e o comunismo

Embora sua visão sobre as questões indígenas seja difundida em diversos artigos e publicações, é em “*7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana*”, de 1928, e em “*El problema de las razas na América Latina*”, texto apresentado no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em junho de 1929, em Buenos Aires, onde podemos encontrar suas ideias fundamentais sobre o assunto.

“A terra sempre representou toda a felicidade do índio”. A afirmação de Mariátegui em *7 Ensayos* foi um primeiro esforço em romper com o ponto de vista humanitário e filantrópico das ações indigenistas da época, para colocar a problemática indígena como uma

⁵ Pensador e poeta peruano, uma das figuras mais influentes nas letras e na política do Peru na virada dos séculos XIX e XX. Um dos primeiros em assumir o desafio de repensar a nação ligando a problemática da marginalização do índio nas sociedades liberais pós-independentistas (Svampa, 2016: 56).

questão socioeconômica e agrária. “Não nos contentamos com reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra” (1975 [1928], p. 30-33).

Em sua análise da literatura mariateguiana, a socióloga argentina Maria Fernanda Beigel, explica que, “desde o ponto de vista geral, Mariátegui acreditava que o problema indígena não era uma questão étnica, mas econômica e social, relacionada com a exploração da terra em um modelo feudal”. Beigel afirma que, para o intelectual peruano, “a ideia de uma nação ainda não havia cumprido sua trajetória, nem esgotara sua missão histórica. Ele considerava que o índio deveria se unir a uma revolução socialista para estabelecer, junto com outros setores, uma nova nacionalidade peruana capaz de integrar o índio com suas tradições e espiritualidade”. (2010, p. 55)

Para Svampa uma das hipóteses mais inovadoras de Mariátegui foi pensar nas comunidades agrárias como um fator de resistência e, sobretudo, persistência. “Nas comunidades a socialização da terra e o hábito de cooperação são revelados. Mas para Mariátegui, a defesa da comunidade não respondia a princípios abstratos, mas a questões específicas ligadas à ordem econômica e social” (2016, p. 59).

Em “*Debates Latinoamericanos*”, Svampa apresenta quatro hipóteses que atravessaram os 7 Ensayos: 1) a importância da questão indígena, uma vez que o problema indígena afeta um terço da população peruana; 2) a ideia de que não há possibilidade de resgate do índio pela via pedagógica ou pela ação dos caudilhos, dado que as condições republicanas pioraram sua situação; 3) a sobrevivência da comunidade agrária e a defesa dela, não por razões abstratas, mas concretas; 4) a hipótese de que sem indígenas, a fundação da nacionalidade, não há possibilidade de peruanidade (ibid., p. 58).

Segundo Flores Galindo, havia elementos do socialismo prático nas comunidades. Ele explica que foi essa observação que permitiu que o socialismo fosse proposto como uma alternativa viável em um país atrasado e camponês, com uma classe trabalhadora reduzida e uma indústria pouco emergente. Os camponeses podiam assumir a ideia socialista porque em sua vida cotidiana souberam manter e defender o antigo coletivismo andino, herdado do passado pré-hispânico, e que não foi destruído pelo Estado fundado pelos Incas. “El colectivismo agrario de las comunidades terminaba por diferenciar con nitidez a la estructura agraria peruana de cualquier país europeo. Entonces no se podían importar y repetir mecánicamente los razonamientos de los revolucionarios europeos. Sin los campesinos era imposible la revolución” (1980, p. 49-50).

Assim, ao se propor interpretar a realidade peruana, Mariátegui subverteu a narrativa eurocêntrica da época, contribuindo para a reflexão da teoria e da práxis marxista em uma análise de uma situação periférica, e apontando o “comunitarismo indígena” ou “socialismo indígena”, praticado pelos descendentes dos Incas, como símbolo de resistência a colonização, e como alternativa orgânica para a construção da esquerda revolucionária no Peru.

(...) nas aldeias indígenas em que se agrupam famílias entre as quais extinguiram-se os vínculos do patrimônio do trabalho comunitário, subsistem ainda, robustos e obstinados, os hábitos da cooperação e solidariedade, que são a expressão empírica de um espírito comunista. A comunidade corresponde a este espírito. É o seu órgão. Quando a expropriação e a partilha parecem acabar com a comunidade, o socialismo indígena encontra sempre o meio de reconstruí-la, sustentá-la ou sub-roga-lá (MARIÁTEGUI, 1975 [1928], p. 58)

O Amauta encontrou no coletivismo comunitário, a demanda e a justificativa do socialismo no Peru. Essa nova perspectiva, que sustentou toda sua argumentação sobre as questões que afetavam as populações indígenas na América Latina, lhe rendeu uma famosa polêmica com a Internacional Comunista, que emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados a nível mundial.

Polêmica com a *Komintern*

Quijano, um dos principais autores influenciados pela sua obra, defende que a sagacidade de Mariátegui foi observar que o "problema indígena" não poderia ser resolvido sem a liquidação do gamonalismo e da servidão. As relações de poder entre “brancos”, “índios”, “negros” e “mestiços” não consistiam apenas em relações de exploração mas implicavam fenômenos de outro caráter e origem, como a ideia de “raça”. Citando Mariátegui, Quijano analisa as duas dimensões dessa categorização:

Así, Mariátegui afirma, de una parte, que la explotación de las “razas indígenas” permite al imperialismo una mano de obra barata: “La raza tiene, ante todo, esta importancia en la cuestión del imperialismo”, afirma. Y añade en seguida: “Pero tiene también otro rol, que impide asimilar el problema de la lucha por la independencia nacional en los países de la América con fuerte porcentaje de población indígena, al mismo problema en el Asia o el África. Ese rol es la diferencia de color: “los elementos feudales o burgueses, en nuestros países, sienten por los indios, como por los negros y mulatos, el mismo desprecio que los imperialistas blancos”. Y poco más adelante: “Entre el señor o el burgués criollo y sus peones de color, no hay nada en común” (QUIJANO, 2014 [1993], p. 773).

Mariátegui acreditava que a tese que sustentava a relevância da raça acabava favorecendo o “gamonalismo”⁶ e o “imperialismo”, e também entendia que nos países de população predominantemente indígena a reivindicação do índio era a dominante. Por outro lado, o pensador peruano defendia que a educação ideológica progressista de massas indígenas, através de elementos militantes, permitiria, a longo prazo, a coordenação das comunidades por região (BEIGEL, 2001, p. 52).

Beigel explica ainda que Mariátegui desenvolveu a ideia de que a concepção da “inferioridade da raça indígena” impediu a luta pela independência nacional, advertindo como desse preconceito alguns foram para o extremo oposto, acreditando que a criação de uma nova cultura americana seria somente obra das “forças raciais autóctones”. Para o intelectual peruano não se podia superestimar o índio com fé messiânica em sua missão como raça no renascimento americano. Assinar essa tese parecia cair no misticismo mais ingênuo e absurdo, uma vez que as possibilidades de que o índio acendesse materialmente e intelectualmente dependiam da mudança das suas condições econômico-sociais (2001, p. 52).

A socióloga argentina explica ainda que a “questão do índio” se vinculou à polêmica do indigenismo, que teve relevância entre 1928 e 1930, quando se fundou o Partido Socialista Peruano e quando seus representantes participaram do debate da VII Congresso da Internacional Comunista (IC) ou *Komintern*⁷, realizada em Buenos Aires, em junho de 1929.

No documento elaborado por Mariátegui e Hugo Pesce⁸ para o encontro e intitulado “*El problema de las razas en la América Latina*”, os delegados peruanos defenderam que a questão das raças servia para encobrir os verdadeiros problemas do continente, em um sistema em que a grande propriedade convertia o índio em servo. Também apresentaram as reivindicações indígenas, e especialmente o direito à restituição de suas terras como parte do processo revolucionário.

El texto desarrollaba de qué manera la concepción de la inferioridad de la raza indígena impedía la lucha por la Independencia Nacional, pero advertía cómo de este prejuicio algunos se pasaban al extremo opuesto, creyendo que la creación de una nueva cultura americana sería obra sólo de las “fuerzas

⁶ “Gamonalismo” refere-se a um sistema de poder surgido no Peru na segunda metade do século XX a partir de práticas violentas de expropriação fundiária dos *ayllus* andinos para constituição de latifúndios e formas autoritárias de mando.

⁷ A Internacional Comunista (do inglês *Communist International*) (Comintern) ou (Komintern) (do alemão *Kommunistische Internationale*) foi fundada por Vladimir Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética (bolcheviques), em 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países, logo após a vitória na Revolução Russa.

⁸ Médico, político e filósofo peruano que fundou o Partido Socialista do Peru junto com Mariátegui.

raciales autóctonas”. No se podía ahora “superestimar al indio”, con fe mesiánica en su misión como raza en el renacimiento americano. (...) En el fondo, lo que había que acometer era la liquidación de la feudalidad, que era la base del problema de la tierra y de la discriminación al indio (BEIGEL, 2001, p. 52).

Essa posição de Mariátegui foi considerada pelos dogmáticos do partido comunista, como um "populismo". A profundidade do debate entre os delegados dos distintos países latino-americanos e os representantes da *Komintern* resultou na proposta de dois projetos de resolução em disputa sobre a questão das raças, e uma discussão aberta. Aqueles que assinaram o projeto de resolução oposta considerava a questão da terra como uma questão reservada para a luta pela autodeterminação indígena (BEIGEL, 2010, p. 54).

Os peruanos argumentaram que “uma consciência revolucionária indígena pode levar tempo para se formar, mas uma vez que o índio incorpore a ideia socialista, ele a servirá com uma disciplina, uma tenacidade e uma força, na qual poucos proletários de outros meios poderão superá-los” (MARIATÉGUI, 1929, p. 20).

Flores Galindo explica que, ao incluir os indígenas no termo proletariado, a aliança entre operários e camponeses acabou sendo entendida de maneira diferente. A imposição ou sobreposição da classe trabalhadora desaparecia e, em sua substituição, surgia uma relação igualitária: as duas classes eram revolucionárias, lutariam pelo socialismo, construindo o novo Peru (1980, p. 31).

Para Beigel, no fundo desta crítica ao "indigenismo revolucionário" de Mariatégui, pela Internacional Comunista estava a necessidade de alinhar finalmente todos os dissidentes do Partido Socialista peruano em processo de institucionalização da ortodoxia stalinista, encarado pela *Komintern* na América Latina desde o início dos 1930. A socióloga argentina destaca que, ao final, os partidos comunistas não aceitaram o índio como sujeito da revolução (2010, p. 54).

Há consenso que a polêmica de Mariátegui com o *Komintern* ilustra de maneira emblemática sua marca revolucionária no início do século XX, ao articular problemáticas indígenas, marxismo, e os desafios da construção das novas nações latino-americanas. Porém, alguns autores destacam que seu projeto não conseguiu superar a visão assimilacionista dos “indigenismos” do seu tempo, e tampouco adentrar na realidade dos povos originários da Amazônia.

Limitações mariateguianas

Beigel chama “provisoriamente” de situação de *exterioridad* as limitações que atravessaram a liberais, conservadores e socialistas, e que caracterizou a muitos movimentos de “redenção indígena” que pretenderam interpelar a essas massas, mas atuaram desde fora das comunidades. No caso do “indigenismo revolucionário”, que pretendia exercer uma crítica às tendências filantrópicas e paternalistas, esta *exterioridad* se manifestou em um atraso entre a teoria e a integração real dos sujeitos que deviam protagonizar o câmbio social (2010, p. 55).

Mesmo reiterando que Mariátegui visualizou algumas destas limitações com sua lente histórica e iniciou importantes contatos com dirigentes camponeses andinos, Beigel explica que, tratavam-se, fundamentalmente, no fato de que o programa do *socialismo indoamericano* não havia sido nutrido com a participação das comunidades indígenas, e o aporte das suas próprias demandas e concepções, em sua própria linguagem, lógica e temporalidade (ibid.).

Beigel (2010) acredita que, para uma análise sobre a questão do índio no projeto mariáteguiano, deve-se considerar a premissa de que não se tratava de um "projeto indianista", e nem de uma proposta resultado da visão do indígena peruano.

Aunque la solución al problema de la tierra aparecía como instancia previa y necesaria para toda forma de emancipación racial, en las concepciones mariáteguianas la dinámica étnica siempre era complementaria respecto a la dinámica de clase y había un reconocimiento explícito de la distancia cultural entre el programa vanguardista y la perspectiva de las comunidades. No sabemos si Mariátegui hubiera desarrollado la toma de conciencia respecto de esta “distancia cultural” hacia un derecho de autonomía, pero lo que aparecía claramente en su programa era que el factor racial se convertía, en las masas indígenas, en un factor revolucionario (BEIGEL, 2010, p. 53).

É certo que nos escritos do Amauta, sobretudo literários, o componente andino é analisado desde concepções filosóficas e políticas do mundo indígena, entretanto há quem afirme que sua crítica indigenista tratava apenas a realidade do *cholo desindianizado* dos Andes, sem incorporar a diversidade étnica andino-amazônica, bem como a violência a qual estavam submetidos os povos da floresta peruana na época.

Hugo Cabieses afirmou recentemente em um artigo⁹ que Mariátegui quase não escreveu sobre os povos amazônicos, e que graças à uma grande mulher, Miguelina Acosta Cárdenas, não os ignorou totalmente. O economista peruano analisa que seus textos enfocaram a

⁹ Artigo publicado em 15/11/2017, na página web da organização não governamental peruana Outra Mirada (<http://www.otramirada.pe/mari%C3%A1tegui-miguelina-y-la-amazonia>)

problemática social e indígena de apenas duas das três regiões geográficas peruana (costa e serra), mencionando a floresta quando se referia a ela como *montaña*¹⁰.

No capítulo “*Regionalismo y Centralismo*” de *7 Ensayos*, Mariátegui reconhece essa ausência fazendo referência a advogada nascida em Yurimaguas em 1887, filha de caucheiro e anarquista militante, como sua informante confiável sobre a Amazônia, e citando sua análise sociológica da região de Loreto na época do caucho e sobre outros aspectos da realidade amazônica:

O peruano do litoral, como da Serra, ignora ao da Montanha. Na montanha, ou melhor, dizendo no antigo departamento de Loreto, existem povoados com costumes e tradições próprias, quase sem parentesco com os costumes e tradições dos povoados do Litoral e da Serra. Possui Loreto indiscutível individualidade na nossa sociologia e história. Seus estratos biológicos não são os mesmos, sua evolução social cumpriu-se de forma diversa (MARIÁTEGUI, 1928 [1975], p. 145)

Cabieses defende que os aportes de Miguelina sobre a situação de exploração e genocídio dos povos indígenas amazônicos durante o *boom* da borracha, também contribuíram para a formulação dos escritos de Mariátegui sobre as populações indígenas “selvagens” – com características opostas aos índios “incásicos”, em “*El problema de las razas en América Latina*”¹¹:

En la montaña o floresta, la agricultura es todavía muy incipiente. Se emplea los mismos sistemas de ‘enganche’ de braceros de la Sierra; y en cierta medida se usa los servicios de las tribus salvajes familiarizadas con los blancos. Pero la Montaña tiene, en cuanto a régimen de trabajo, una tradición mucho más sombría. En la explotación del caucho, cuando este producto tenía alto precio, se aplicaron los más bárbaras y criminales procedimientos esclavistas. Los crímenes del Putumayo, sensacionalmente denunciados por la prensa extranjera, constituyen la página más negra de la historia de los ‘caucheros’ (MARIÁTEGUI, 1929)

Para Cabieses, somente Miguelina Acosta poderia ter proporcionado a Mariátegui e Hugo Pesce uma informação tão precisa sobre os acontecimentos violentos e a situação de escravidão indígena em Putumayo, e em outras regiões da floresta dominadas por caucheiros, como o departamento de Madre de Dios. O boom da borracha, principal item de exportação

¹⁰ A montanha, sociológica e economicamente, não atingiu ainda uma significação. Pode –se dizer que a montanha, ou melhor, a floresta, é um domínio colonial do Estado peruano. (MARIÁTEGUI, 1928 [1975]: p. 144)

¹¹ O texto foi reproduzido no livro *El Movimiento Revolucionario Latino Americano. Versiones de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana* (págs. 263 a 291), editada pela Revista “Correspondência da América do Sul” de Buenos Aires, publicação oficial da Secretaria Sul-Americana da Internacional Comunista.

do Peru no início do século XX, estava provocando o genocídio de milhares de indígenas de no Norte da Amazônia peruana, com Julio César Arana, e no Sul do Peru, com Carlos Fermín Fitzcarrald, conhecido como o “rei do caucho”.

Reflexões finais

A obra de Mariátegui produziu uma elaboração profunda e original de questões sobre a realidade peruana e latino-americana, como também sobre o sistema-mundo moderno, colonial e capitalista, influenciando diversos autores do pensamento crítico latino-americano em sua posterioridade, e lhe conferindo um lugar de destaque no debate sobre os paradigmas das Ciências Sociais atualmente.

Para Cesar Germaná Cavero, Mariátegui - como igualmente Aníbal Quijano, um dos principais divulgadores e intérpretes da sua obra – desenvolveu uma “autonomia intelectual” que permitiu superar as alternativas eurocêntricas do século XIX no estudo da sociedade e de sua transformação, estabelecendo, assim, as bases de uma “*epistemología otra*”. Um “novo sentido histórico” (2014, p. 73-75).

Cavero explica que na “perspectiva cognoscitiva” de Mariátegui se encontra uma maneira de produzir conhecimento sobre a sociedade que visa dar conta da realidade histórico-social indo-americana como uma formação social específica. Para o pensador peruano não bastava conhecer a vida social aplicando um esquema teórico estabelecido, era necessário encontrar os conceitos adequados na própria realidade (ibid.).

Segundo Quijano, uma “subversão epistêmica que serviu como “fonte da produção da ideia latino-americana de heterogeneidade histórico-estrutural, e como um caminho historicamente constitutivo de toda a existência social, rompendo assim o dualismo radical do cartesianismo, que está na origem do próprio eurocentrismo, e com as propensões positivistas ao reducionismo e evolucionismo (2007, p. 10). Essa configuração específica é o núcleo do que se discute hoje sobre a “colonialidade do poder”.

Ao subverter o marco teórico do “materialismo histórico”, Mariátegui introduziu um novo debate sobre o “local da raça” e do “fator de classe” no processo de “nacionalização” do Estado e de democratização da sociedade. Para Quijano, “sem essa ruptura não se poderia entender, nem explicar, nem encontrar sentido nos atuais movimentos indígenas, e o seu significado sobre as questões dos modernos Estados-Nação, sobre democracia e sobre identidade na América Latina” (ibid.).

Em um manuscrito intitulado “*Defensa del marxismo*”, publicado em um livro póstumo e homônimo (1985 [1930]), o Amauta escreveu: “Es obvio recordar que esta adaptación de una técnica científica a temas que escapan a su objeto, constituyen un signo de diletantismo intelectual. Cada ciência tiene su método próprio y las ciencias sociales se cuentan entre las que reivindican con mayor derecho esta autonomia”.

Há quase um século, Mariátegui buscou superar a perspectiva eurocêntrica na qual foi constituída historicamente a Ciências Sociais. Hoje, tornou-se referência para diversos intelectuais que seguem reivindicando a reestruturação do conhecimento sobre a realidade latino-americana, questionando as narrativas hegemônicas do saber, e reconhecendo “nossas” próprias epistemologias.

Referências bibliográficas

BEIGEL, Fernanda. “Mariátegui y las antinomias del indigenismo”. *Utopia y Praxis Latinoamericana*, junio, año/vol. 6, n. 013. 2001.

CAVERO, Cesar Germaná. “Una epistemología otra. La contribución de Aníbal Quijano a la reestructuración de las Ciencias Sociales de América Latina”. In: *Des/colonialidad y bien vivir: Un nuevo debate en América Latina*. Aníbal Quijano (ed.). Lima: Universidad Ricardo Palma. Editorial Universitaria. Pp. 73-99. 2014

DUSSEL, Enrique. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El Capital”*. México D.F. Biblioteca CLACSO.1990.

FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía de Mariátegui. La polémica con la Komintem*, Lima, Centro de Estudios y de Promoción del Desarrollo. 1980.

CAVERO, Cesar Germaná. “Una epistemología otra. La contribución de Aníbal Quijano a la reestructuración de las Ciencias Sociales de América Latina”. In: *Des/colonialidad y bien vivir: Un nuevo debate en América Latina*. Aníbal Quijano (ed.). Lima: Universidad Ricardo Palma. Editorial Universitaria. Pp. 73-99. 2014

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Defensa del Marxismo”. Décima Segunda Edição. Lima. Empresa Editora Amauta S.A. 1985 [1930]

_____. “El problema de las razas en América Latina”. In: *El Movimiento Revolucionario Latino Americano. Versiones de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana*. Buenos Aires. Revista “Correspondência da América do Sul” de Buenos Aires, publicação oficial da Secretaria Sul-Americana da Internacional Comunista. Pp. 263-291. [1929]

_____. “Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana”. São Paulo: Alfa Omega.1975 [1928].

QUIJANO, Aníbal. “José Carlos Mariátegui: reencuentro y debate: prólogo a 7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana”. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, Pp. 331-427. 2014 [1978].

_____. “Raza”, “etnia” y “naciones” en Mariátegui. Cuestiones abiertas. En Cuestiones y horizontes. Antología esencial. Buenos Aires: CLACSO. Pp. 757-775. 2014 [1993]

_____. “Treinta años después: otro reencuentro. Notas para otro debate”. MARIÁTEGUI, J. C. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. (Notas, cronología e bibliografía de Elizabeth Garrels). Caracas: Biblioteca Ayacucho, pp. CXIII-CXXIX, 2007.

SVAMPA, Maristella. Debates Latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia, populismo. Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa. 2016.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. “Mariátegui entre dois mundos: Visões do comunitarismo indígena andino”. Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas, Vol. 8, n.2. 2014.